

## Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades

Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>1</sup>

Abya Yala na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada no norte da Colômbia tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas).

Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX por meio das elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anahuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.

Embora alguns intelectuais, como o sociólogo catalão-boliviano Xavier Albó, já houvessem utilizado a expressão Abya Yala como contraponto à designação consagrada de América, a primeira vez que a expressão foi explicitamente usada com esse sentido político foi na *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala* realizada em Quito em 2004. Note-se que na *I Cumbre*, realizada no México no ano 2000, a expressão Abya Yala ainda não fora invocada como se pode ler na *Declaracion de Teotihuacan* quando se apresentam como “*los Pueblos Indígenas de América reafirmamos nuestros principios de espiritualidad comunitaria y el inalienable derecho a la Autodeterminación como Pueblos Originarios de este continente*”.

A partir de 2007, no entanto, na *III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala* realizada em Iximche, Guatemala, não só se autoconvocam como Abya Yala como ainda resolvem constituir uma *Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala*, “como espaço permanente de enlace e intercâmbio, onde possam convergir experiências e propostas, para que juntos enfrentemos as políticas de globalização neoliberal e lutemos pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem”. Pouco a pouco, nos diferentes encontros do movimento dos povos originários o nome *América* vem sendo substituído por *Abya Yala* indicando assim não só outro nome, mas também a presença de outro sujeito enunciador de discurso até aqui calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela UFRJ e Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. É pesquisador do CNPq e Membro do Grupo Hegemonia e Emancipações de Clacso. Ex-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000). Membro do Grupo de Assesores do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Autônoma da Cidade do México. Ganador do Prêmio Chico Mendes em Ciência e Tecnologia em 2004. É autor de diversos artigos e livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, em que se destacam: - “*Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*”, ed. Siglo XXI, México, 2001; “*Amazônia, Amazônias*”, ed. Contexto, São Paulo, 2001; “*Geografando – nos varadouros do mundo*”, edições Ibama, Brasília, 2004; “*O desafio ambiental*”, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2004; “*A globalização da natureza e a natureza da globalização*”, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006; “*El desafio ambiental*”, Ed. Pnuma, México, 2006.

A idéia de um nome próprio que abarcasse todo o continente se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que começaram a superar o longo processo de isolamento político a que se viram submetidos depois da invasão de seus territórios em 1492 com a chegada dos europeus. Junto com Abya Yala há todo um novo léxico político que também vem sendo construído onde a própria expressão *povos originários* ganha sentido. Essa expressão afirmativa foi a que esses povos em luta encontraram para se auto-designarem e superarem a generalização eurocêntrica de *povos indígenas*. Afinal, antes da chegada dos invasores europeus havia no continente uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes que se distinguiam como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huarani, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante entre tantos e tantas nacionalidades e povos originários desse continente.

Apesar de a expressão *indígena* significar em latim aquele que é “nascido em casa”, a designação entre nós ficou marcada por indicar aqueles que habitavam as Índias Ocidentais, nome que os espanhóis atribuíam não só ao “novo” continente, como também às Filipinas. A expressão *indígena* é, nesse sentido, uma das maiores violências simbólicas cometidas contra os *povos originários* de Abya Yala na medida em que é uma designação que faz referência às Índias, ou seja, a região buscada pelos negociantes europeus em finais do século XV. A expressão *indígena* ignora, assim, que esses outros povos tinham seus nomes próprios e designação própria para os seus territórios. Paradoxalmente, a expressão *povos indígenas*, na mesma medida em que ignora a *differentia specifica* desses povos, contribuiu para unificá-los não só do ponto de vista dos conquistadores/invasores, mas também como designação que, a princípio, vai servir para constituir a unidade política desses povos por si mesmos quando começam a perceber a história comum de humilhação, opressão e exploração de sua população e a dilapidação e devastação de seus recursos naturais.

Abya Yala configura-se, portanto, como parte de um processo de construção político-identitário em que as práticas discursivas cumprem um papel relevante de descolonização do pensamento e que tem caracterizado o novo ciclo do *movimento indígena*, cada vez mais *movimento dos povos originários*. A compreensão da riqueza dos povos que aqui vivem há milhares de anos e do papel que tiveram e têm na constituição do sistema-mundo tem alimentado a construção desse processo político-identitário. Considere-se, por exemplo, que até a invasão de Abya Yala (América) a Europa tinha um papel marginal nos grandes circuitos mercantis que tinham em Constantinopla um dos seus lugares centrais.

A tomada dessa cidade pelos turcos, em 1453, engendrou a busca de caminhos alternativos, sobretudo por parte dos grandes negociantes genoveses e que encontraram apoio político entre as monarquias ibéricas e na Igreja Católica Romana. Desde então, circuitos mercantis relativamente independentes no mundo passam a serem integrados, inclusive constituindo o circuito Atlântico com a incorporação do Tawantinsuyu (região do atual Peru, Equador e Bolívia, principalmente), do Anahuac (região do atual México e Guatemala, principalmente), das terras guarani (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia, principalmente) e Pindorama (nome com que os tupis designavam o Brasil).

O caráter periférico e marginal da Europa era tal que a expressão *orientar-se* - ir para o Oriente - indicava a relevância do Oriente à época. Assim, é com a incorporação dos povos de Abya Yala e o seu subjugo político, juntamente com o tráfico e a escravidão dos negros africanos trazidos para

este continente, que se ensejará a centralidade da Europa. Enfim, o surgimento do sistema mundo moderno se dá junto com a construção da colonialidade. É de um sistema mundo moderno-colonial que se trata, portanto. E é esse caráter contraditório inscrito no sistema mundo moderno, que procura olvidar o seu caráter também colonial, que os povos originários de Abya Yala vêm procurando explicitar na luta “pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem”.

Deste modo, a descolonização do pensamento se coloca como central para os *povos originários* de *Abya Yala*. Como bem assinalou Luis Macas, da CONAIE – *Coordinadora de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador* – “*nuestra lucha es epistémica e política*” onde o poder de designar o que é o mundo cumpre um papel fundamental. Vários intelectuais ligados às lutas dos povos de Abya Yala têm assinalado o caráter etnocêntrico inscrito nas próprias instituições, inclusive no Estado Territorial, cujo eixo estruturante está na propriedade privada e que encontra no Direito Romano seu fundamento. Apesar de sua origem regional européia, os fundamentos do Estado Territorial, inclusive a idéia de espaços mutuamente excludentes, como a propriedade privada, têm sido impostos ao resto do mundo como se fossem universais, ignorando as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais que predominavam na maior parte do mundo, quase sempre comunitárias e não mutuamente excludentes.

Na América Latina, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, como afirmou o sociólogo peruano Aníbal Quijano, explicitando o caráter colonial das instituições que sobreviveram após a independência e que ilumina a declaração de Evo Morales Ayma quando de sua posse na Presidência da República da Bolívia, em 2006, quando afirmara que “é preciso descolonizar o estado”. Para que não se pense que se trata de uma afirmação abstrata, registre-se que os concursos para servidores públicos naquele país eram feitos exclusivamente em língua espanhola, quando aproximadamente 62% da população pensam em *quechua*, *aymara* e *guarani* línguas que falam predominantemente no seu cotidiano. Em países como a Guatemala, Bolívia, Peru, México, Equador e Paraguai, assim como em certas regiões do Chile (no sul, onde vivem aproximadamente um milhão de Araucanos/Mapuches), da Argentina (Chaco *norteño*) e da Amazônia (brasileira, colombiana e venezuelana) o caráter colonial do Estado se faz presente com todo seu peso. O “colonialismo interno”, expressão consagrada por Pablo Gonzalez Casanova, se mostra atual, enquanto história de longa duração atualizada. Não raro essas regiões são objeto de programas de desenvolvimento, quase sempre de (des) envolvimento, de modernização, quase sempre de colonização (aliás, essas expressões, quase sempre, são sinônimas).

A escolha do nome Abya Yala dos kuna recupera a luta por afirmação dos seus territórios de que os Kuna foram pioneiros com sua revolução de 1925, consagrada em 1930 no direito de autonomia da Comarca de Kuna Yala com seus 320 mil e 600 hectares de terras mais as águas vizinhas do arquipélago de San Blas. A luta pelo território configura-se como uma das mais relevantes no novo ciclo de lutas do movimento dos povos originários que se delineia a partir dos anos oitenta do século passado (posição dos Miskitos com/contra a Revolução Sandinista na Nicarágua) e que ganha sua maior expressão nos anos noventa e inícios do novo século (Marcha pela Dignidade e pelo Território na Bolívia e no Equador, em 1990, e Levante Zapatista, em 1994), revelando mudanças profundas tanto do ponto de vista epistêmico como político.

Nesse novo ciclo de lutas, ocorre um deslocamento da luta pela terra enquanto um meio de produção, característico de um movimento que se construiu em torno da identidade camponesa,

para uma luta em torno do território. As grandes Marchas pela Dignidade e pelo Território de 1990 que foram mobilizadas na Bolívia e no Equador com estruturas organizacionais independentes são marcos desse novo momento. “Não queremos terra, queremos território”, eis a síntese expressa num cartaz boliviano. Assim, mais do que uma classe social, o que se vê em construção é uma comunidade etnopolítica, enfim, é o indigenato (Darci Ribeiro) se constituindo como sujeito político. Considere-se que foi fundamental para essa emergência a tensa luta dos misquitos no interior da Revolução Sandinista na Nicarágua (1979-1989) pela afirmação de seu direito à diferença e à demarcação de seus territórios que, apesar de todo o desgaste que trouxe àquela experiência revolucionária, em grande parte pela colonialidade presente entre as correntes políticas e ideológicas que a lideraram, nos legou uma das mais avançadas legislações sobre os direitos de autonomia dos povos originários, conforme nos informa Héctor Díaz-Polanco.

O levantamento zapatista de 1º de janeiro de 1994 daria grande visibilidade a esse movimento que, ainda que de modo desigual, se espalha por todo o continente ao mostrar, pela primeira vez na história, que os povos originários começam a dar respostas mais que locais/regionais a suas demandas. O protagonismo desse movimento tem sido importante na luta pela reapropriação dos seus recursos naturais como se pode ver em 2000, em Cochabamba, na Guerra del Água e, em 2005, na Guerra do Gás, ambas na Bolívia, mas também entre os araucanos/mapuche, no Chile, na luta pela reapropriação do rio Bio Bio ameaçado pela construção de hidrelétricas, ou ainda na luta contra a exploração petrolífera no Parque Nacional de Yasuny, na Amazônia equatoriana, ou na fronteira colômbio-venezuelana também na luta contra a exploração petrolífera, entre tantos outros exemplos.

Esse movimento tem sido fundamental ainda na luta pela preservação da diversidade biológica, em grande parte associada à diversidade cultural e lingüística. A dimensão territorial desse movimento se mostra também no seu protagonismo diante das novas estratégias supranacionais de territorialização do capital, como no caso do NAFTA, da ALCA e dos TLCs. O movimento zapatista explicitou melhor que qualquer outro esse sentido, ao fazer emergir o México Profundo, poder-se-ia dizer a *América Profunda*, exatamente no dia em que se assinava o NAFTA. O protagonismo do movimento dos povos originários também foi importante na luta contra a Alca e aos Tratados de Livre Comércio que se seguiu à derrota da Alca. Como se vê, a luta pelo território assume um caráter central e numa perspectiva teórico-política inovadora na medida em que a dimensão subjetiva, cultural, se vê aliada à dimensão material – água, biodiversidade, terra. Território é, assim, natureza + cultura, como insistem o antropólogo colombiano Arturo Escobar e o epistemólogo mexicano Enrique Leff, e a luta pelo território se mostra com todas as suas implicações epistêmicas e políticas. Quando observamos as regiões de nosso continente que abrigam a maior riqueza em biodiversidade e em água podemos ver o quão estratégicos esses povos são e tendem cada vez mais a ser diante das novas fronteiras de expansão do capital (Díaz-Polanco, Ceceña e Ornelas).

Abya Yala se coloca assim como um atrator (Prigogine) em torno do que outro sistema pode se configurar. É isso que os povos originários estão propondo com esse outro léxico político. Não olvidemos que dar nome próprio é se apropriar. É tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando um espaço seu espaço – um território. A linguagem territorializa e, assim, entre *América* e *Abya Yala* se revela uma tensão de territorialidades.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBÓ, Xavier; BARRIOS, R. 1993 *Cultura y política*. V. 1: *Violências encubiertas en Bolívia*. CIPCA-Aruwyiri, La Paz – Bolívia.
- CECEÑA, Ana Ester 2004 *Los desafíos del mundo em que caben todos los mundos y la subversión del saber histórico de la lucha*. Revista Chiapas, no. 16. IIE-UNAM-Clacso, México, D.F.
- ESCOBAR, Arturo 1996 *La invención del tercer mundo – constucción y deconstrucción del desarrollo*. Ed. Norma, Bogotá, Colômbia.
- DÁVALOS, Pablo 2001. *Yuyarinakuy: “digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos”*. Ediciones Icci-Abya Yala, Quito, Ecuador.
- DIAZ-POLANCO, Hector 2004 *El canon Snorri: diversidad cultural y tolerância*. Universidad de la Ciudad de México, México.
- GONZÁLES CASANOVA, Pablo 2006 *Colonialismo Interno [una redefinición]*. In BORÓN, A., AMADEO, J. e GONZÁLEZ, S. (comp.) *La teoria marxista hoy – problemas y perspectivas*. Ed, Clacso, Buenos Aires.
- LEFF, Enrique 2004 *Racionalid Ambiental – la reapropiación social de la natuzaleza*, Siglo XXI, México, D.F..
- MACAS, Luis 2005 *Reflexiones sobre el sujeto comunitario, la democracia y el Estado*. Entrevista realizada por Daniel Mato. In MACAS, L. e DÁVALOS 2005 In *Entrevistas a Intelectuales Indígenas*, No. 3. Caracas: Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales, CIPOST, FaCES, Universidad Central de Venezuela. Disponible em: <http://www.globalcult.org.ve/entrevistas.html> .
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2002 *Latifundios genéticos y existencia indígena*. Revista Chiapas, no. 14. IIE-UNAM, México, D.F.
- QUIJANO, Aníbal 2000 *Colonialidad del poder, eurocentrimso y América Latina*. In LANDER, Edgardo (Comp.) 2000 *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales*. Ed. Clacso, Buenos Aires.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia s/d *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhechwa de Bolívia*, 1980-1990. CSUTCB, La Paz.
- VENTOCILLA, J., HERRERA, H. e NUÑEZ, V. 1999 *El espíritu de la tierra – plantas y animales em la vida del pueblo Kuna*. Ed. Abya Yala, Quito, Ecuador.